

Oficial de Justiça Agente de Inteligência e Execução do Poder Judiciário





TERMOS

O intuito é a apresentação de artigos teóricos acerca da essencialidade do cargo e das funções do Oficialato de Justiça, com a finalidade de publicá-los em um livro, *de âmbito nacional*, com lançamento no V CONOJUS em março de 2025.

Delimitação: artigo teórico (base legal, discussões, pontos positivos, negativos e prática) com as seguintes regras:

De regra temas abertos, considerando a relevância da matéria para a atividade dos Oficiais de Justiça, sugerimos as seguintes linhas:

- a) Oficial de Justiça como agente de inteligência processual;
- b) A Essencialidade da função do Oficial de Justiça;
- c) A Desjudicialização e os Oficiais de Justiça como agente de execução;
- d) Uso de recursos tecnológicos para cumprimento de atos pelo Oficialato de Justiça;
- e) Produção de provas decorrentes de atos realizados pelo Oficialato de Justiça;
- f) Justiça Restaurativa;
- g) Justiça 4.0 e sua evolução para Justiça 5.0 impactos nas atribuições do Oficialato de Justiça;





Oficial de Justiça Agente de Inteligência e Execução do Poder Judiciário





- h) Segurança no exercício das funções;
- i) Os atos dos Oficiais de Justiça e o seu olhar humanizado durante as diligências;

As regras básicas da ABNT serão exigidas, conforme critérios a serem elaborados pela Comissão Organizadora.

O Artigo poderá ser publicado em coautoria, desde que respeite o limite de 15 páginas.

Solicitamos que cada Entidade representativa auxilie promovendo a revisão do artigo no que tange a análise da língua português e regras da ABNT.

Envio dos artigo para o e-mail vconojus@gmail.com.

Data limite para entrega dos artigos à Comissão: 30/06/2024.

